



Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

MINISTÉRIO DAS
MULHERES

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Criado em 08 de março de 2009, em consonância com o Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (OIG), da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o responde à demanda da X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, em 2007, de paridade de gênero nas instituições de Estado e de medidas de promoção da corresponsabilidade para a vida familiar e trabalhista entre homens e mulheres, registrada no Consenso de Quito.

Objetivos (Portaria nº 329, de 19/12/23):

Servir de ferramenta para fortalecer e estimular a participação social;
Subsidiar a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas para mulheres, considerando as múltiplas formas de desigualdades;
Dar visibilidade às políticas públicas e ações que o Estado brasileiro realiza nos âmbitos nacional e internacional.

Público:

Gestoras (es) dos três níveis federativos, partidos políticos, sindicatos, movimentos e organizações feministas e de mulheres, centros de produção de conhecimento e universidades.

Competências:

- Monitorar indicadores de gênero e de promoção e garantia de direitos das mulheres;
- Servir de suporte à tomada de decisões nas políticas públicas para as mulheres no Brasil;
- Promover o acesso à informação e produzir conteúdos sobre igualdade de gênero e políticas para as mulheres para o fortalecimento da participação social;
- Garantir o diálogo nacional e internacional para o intercâmbio e disseminação de informações, dados e estatísticas.



Produção e difusão
da informação

**Relatório Anual
Socioeconômico da
Mulher**

Lei nº 12.227, de 2010

Reunir e acompanhar indicadores de
direitos das mulheres

Compreensão e o acompanhamento da
desigualdade entre mulheres e homens

Promover o acesso
à informação

**Painel de
Indicadores**

Subsidiar a elaboração e
implementação de políticas públicas
para as mulheres

Produzir conteúdo sobre
estatísticas de gênero

**Revista do
Observatório**

9 edições

Análise e monitoramento de indicadores
socioeconômicos das mulheres

Estimular a participação e o controle sociais
para e promover a garantia dos
direitos das mulheres

DATAMULHERES

Solução de Business Intelligence (BI), com um processo automatizado de coleta dos dados nas diversas fontes, integrado a uma ferramenta capaz de fazer o tratamento e a consolidação desses dados, e de apresentar de maneira padronizada e direta informações sobre a realidade socioeconômica das mulheres.

Marcos legais e normativos

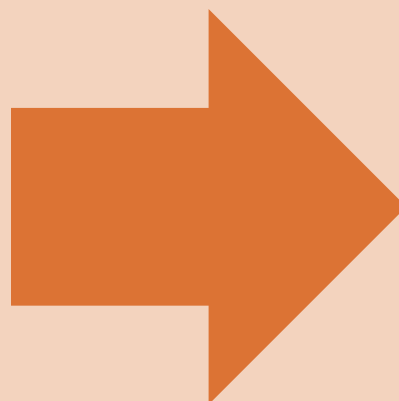
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011
(Lei de Acesso à Informação)

DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017
(Lei da governança na administração pública federal)

Infraestrutura Nacional de Dados

Governo Aberto

**Sistema Nacional de Geociências,
Estatística e Dados (SINGED)**



**Dados como ativo vital e bem público,
ativo estratégico da sociedade**

**Transparência e processo decisório
baseado em evidências**

**Divulgação de informações
de interesse social**

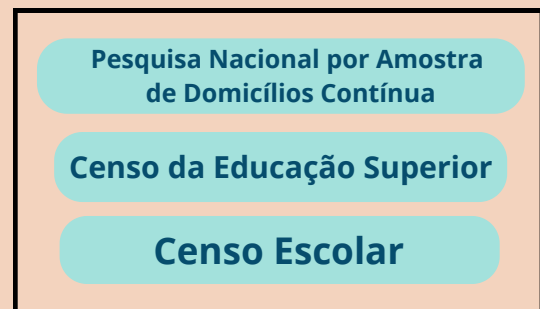
**Debate e colaboração dos cidadãos
nas políticas públicas)**

Transformação digital no Brasil

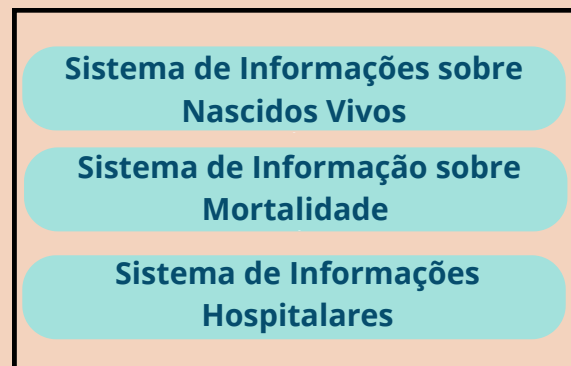
Integração entre os órgãos - API's

Soberania Nacional de Dados

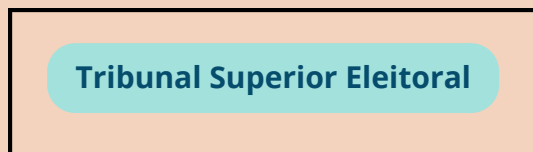
**Facilita a gestão dos órgãos e formulação
de políticas públicas baseada em dados**



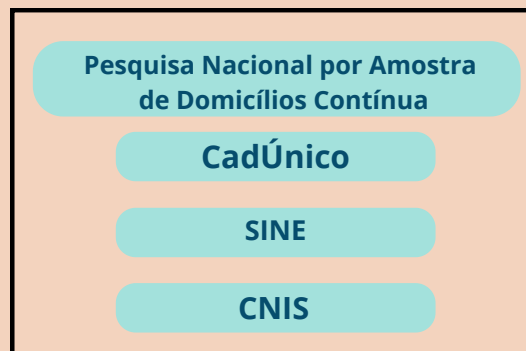
Educação



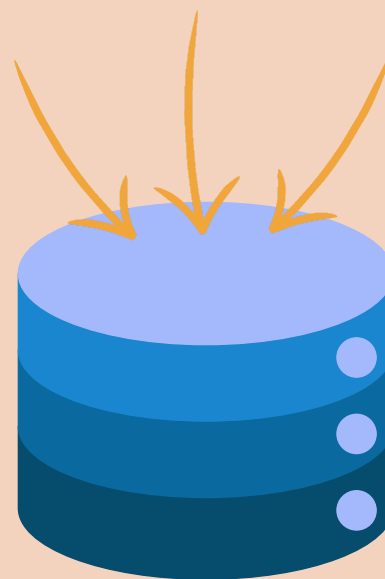
Saúde



Poder

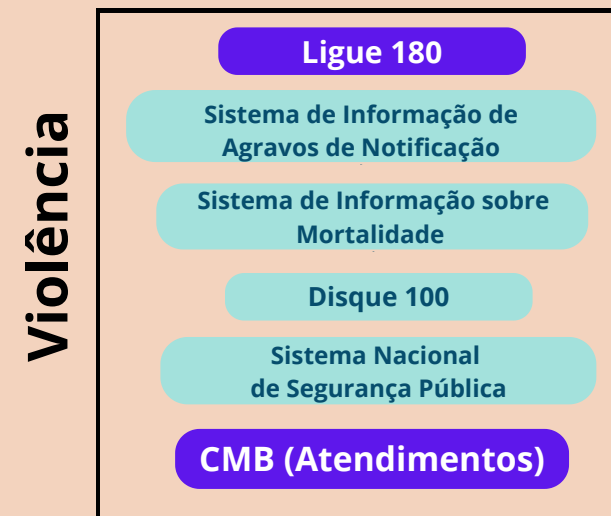


Trabalho



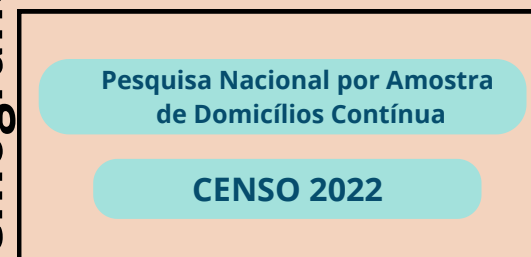
Outras Pesquisas

Outros registros administrativos



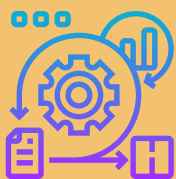
Violência

Demografia





**Extração, Tratamento
e Carga**



**Engenharia Reversa
dos indicadores Raseam**



**Visualização
dos dados e indicadores**

RASEAM

**Relatório Anual
Socioeconômico
da Mulher**

2025

Março 2025 | Ano VIII

Infográficos dos principais dados

O **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam)** é um documento que traz uma compilação descritiva e analítica de dados referentes ao perfil demográfico e socioeconômico das mulheres brasileiras. Trata-se de uma **referência fundamental** para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas, pesquisas e estudos de diferentes naturezas.



O RASEAM 2025 oferece um **panorama sobre a situação socioeconômica das mulheres** e as desigualdades que demandam ações do poder público. Seus indicadores também buscam **explorar as desigualdades por Grandes Regiões, cor ou raça, faixa etária, localidade urbano e rural, renda, existência de deficiência, entre outras.**

As informações foram obtidas de diferentes órgãos oficiais como:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep);
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
- Ministério da Saúde;
- Ministério da Educação;
- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Ministério do Esporte, Ministério da Defesa;
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
- Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Previdência Social e o Ministério do Trabalho e Emprego;
- entre outros, compilados pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (OBIG).



Publicações



Raseam 2013



Raseam 2014



Raseam 2015/2016



Raseam 2017/2018



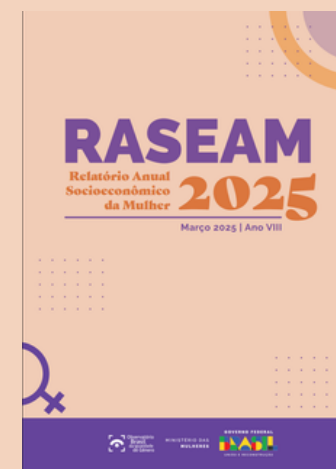
Raseam 2019



Raseam 2020



Raseam 2024



Raseam 2025

Saiba mais **RASEAM 2025**

Elaborado e produzido pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.



Perfil Etário

População de mulheres no Brasil

- 18,8%** Crianças e adolescentes até 14 anos de idade
- 37,2%** Mulheres de 15 a 39 anos de idade
- 44%** Mulheres de 40 anos ou mais de idade

IBGE, Censo 2022.

Perfil etário das mulheres quilombolas

- 23,2%** Crianças e adolescentes até 14 anos de idade
- 39,5%** Mulheres de 15 a 39 anos de idade
- 37,7%** Mulheres de 40 anos ou mais de idade

*Em relação às mulheres quilombolas, seu perfil etário fica no meio do caminho, ou seja, é mais jovem que o do total populacional, mas nem tanto quanto das mulheres indígenas.

IBGE, Censo 2022.

Perfil etário das mulheres indígenas

- 28,9%** Crianças e adolescentes até 14 anos de idade
- 39,3%** Mulheres de 15 a 39 anos de idade
- 31,6%** Mulheres de 40 anos ou mais de idade

*O perfil etário das mulheres indígenas é mais rejuvenescido que da população feminina total

IBGE, Censo 2022.



População

RASEAM 2025

O capítulo “Estrutura Demográfica” aborda a composição demográfica brasileira com ênfase na população feminina. Destaca o envelhecimento populacional, as taxas de fecundidade em queda, e a distribuição por cor ou raça. Nesta edição, o RASEAM traz análises sobre povos e comunidades tradicionais – indígenas e quilombolas –, estes últimos pesquisados pela primeira vez no Censo 2022, com dados específicos sobre proporção de mulheres.

Indígenas



Quilombolas



IBGE, Censo Demográfico, 2022.



Características dos domicílios

Mulheres são maioria entre as pessoas responsáveis pelos domicílios brasileiros

A prevalência de domicílios com chefes mulheres passou a ocorrer a partir de 2022.

37,5 milhões
HOMENS RESPONSÁVEIS POR
DOMICÍLIOS

40,2 milhões
MULHERES RESPONSÁVEIS POR
DOMICÍLIOS

Apesar da maioria dos domicílios com mulheres responsáveis serem do **tipo nucleares** em todas as Grandes Regiões, algumas diferenças na espécie da unidade doméstica merecem **destaque**.



IBGE, PNADC 2023

Características dos domicílios chefiados por mulheres

RASEAM 2025

O capítulo "Estrutura Demográfica" aborda a composição demográfica brasileira com ênfase na população feminina. Destaca o envelhecimento populacional, as taxas de fecundidade em queda, e a distribuição por cor ou raça. Nesta edição, o RASEAM traz análises sobre povos e comunidades tradicionais – indígenas e quilombolas –, estes últimos pesquisados pela primeira vez no Censo 2022, com dados específicos sobre proporção de mulheres.

19,8%

Dos domicílios da Região Nordeste são estendidos

17,4%

Dos domicílios da Região Sudeste são unidades unipessoais

25,8%

Dos domicílios da Região Norte são estendidos

17,3%

Dos domicílios da Região Sul são unidades unipessoais

*O que pode indicar a presença de **mais de uma família no mesmo domicílio**.

*O que pode ter relação com o **perfil mais envelhecido da população** e o fato de as **mulheres viverem mais**.



IBGE, PNADC, 2023



Mulheres responsáveis pelo domicílio, sem cônjuge, com filhos de até 14 anos que moravam no domicílio

12,5%

DO TOTAL DE MULHERES
CHEFES DE FAMÍLIA



69,2%

SÃO PRETAS OU
PARDAS



60,3%

TÊM RENDIMENTO MENSAL
PER CAPITA DE ATÉ $\frac{1}{2}$
SALÁRIO MÍNIMO



Fonte: IBGE, PNADC, 2º trimestre de 2023.



Mulheres com deficiência

Mulheres estão sobrerrepresentadas na população com deficiência



57,7%

das pessoas com
deficiência são mulheres



A **sobrerrepresentação de mulheres** na **população com deficiência** se deve às mulheres terem uma **maior** expectativa de vida e estarem em maior peso entre as pessoas idosas, que costumam ter um nível de dificuldade funcional **maior**.

18,6 milhões

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

7,9 milhões

HOMENS COM DEFICIÊNCIA

10,7 milhões

MULHERES COM DEFICIÊNCIA

A PNAD Contínua considerou pessoa com deficiência aquela que respondeu, em ao menos um dos tipos de dificuldades funcionais, Tem muita dificuldade ou Não consegue de modo algum para "Grau de dificuldade". Os tipos de dificuldades funcionais captados foram: para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contatos; para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; para andar ou subir degraus; para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; para realizar cuidados pessoais; e para se comunicar, compreender e ser compreendido.



Domicílios coletivos

Mulheres que vivem em domicílios coletivos estão principalmente em asilo ou outra instituição de longa permanência para idosos(as).

Em 2022, **837,2 mil** pessoas viviam em domicílios coletivos no País: **651,9 mil homens** (77,9%) e **185,3 mil mulheres** (22,1%).



Do total de **mulheres** que moravam em domicílios coletivos no País, a grande **maioria** vivia em **asilo ou em outra instituição de longa permanência para idosos (as)** (51,9%).

Isso reflete a **maior expectativa de vida das mulheres** na comparação aos **homens**, cujo percentual nesta categoria foi bem **menor** (9,9%).



Entre os **homens**, o **principal local** coletivo de moradia era em **penitenciária**, centro de detenção e similar (**70,5%**), onde 460 mil homens moravam em 2022.

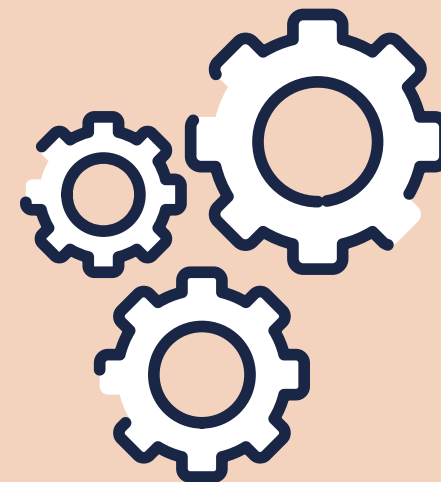
RASEAM 2025

O capítulo "Estrutura Demográfica" aborda a composição demográfica brasileira com ênfase na população feminina. Destaca o envelhecimento populacional, as taxas de fecundidade em queda, e a distribuição por cor ou raça. Nesta edição, o RASEAM traz análises sobre povos e comunidades tradicionais – indígenas e quilombolas –, estes últimos pesquisados pela primeira vez no Censo 2022, com dados específicos sobre proporção de mulheres.

IBGE, Censo Demográfico, 2022.

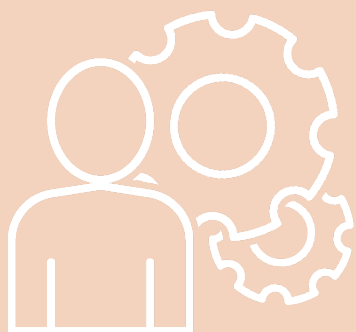
Taxa de participação na força de trabalho

53% das Mulheres **72%** dos Homens



Taxa de desocupação

8,6% das Mulheres **5,6%** dos homens



10,1% pretas e pardas

6,6 Brancas

IBGE, Censo Demográfico, 2022.



Mulheres jovens e trabalho

Mulheres jovens de 14 a 17 anos são as que mais procuram trabalho

DESOCUPAÇÃO

34%

Das **mulheres** com idade entre 14 e 17 anos estão em busca por trabalho

24,1%

Dos **homens** com idade entre 14 e 17 anos estão em busca por trabalho

Apesar de ser uma idade em que o trabalho só é permitido na condição de menor aprendiz, a busca por trabalho de pessoas com idade entre 14 e 17 anos é a **maior**.

A **alta taxa** reflete a necessidade das(os) adolescentes de ajudar com a renda familiar quando deveriam estudar.



AFAZERES DOMÉSTICOS E DE CUIDADOS AFASTAM AS MULHERES JOVENS DOS ESTUDOS E DO MERCADO TRABALHO

69,5%

Dos jovens de 15 a 29 anos que não estudavam, não estavam ocupados e que não tomaram providência para conseguir trabalho, em 2023, eram mulheres.

48,5%

mulheres pretas ou pardas.

97,5%

dos que informaram **que não gostariam de trabalhar e que o principal motivo para não buscarem trabalho eram os afazeres domésticos e cuidado de filhas(os) e parentes são mulheres**. O segundo principal motivo relatado pelas mulheres são problema de saúde ou gravidez (52,5%).

RASEAM 2025

O capítulo "Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho" analisa a participação das mulheres no mercado de trabalho e as disparidades de gênero. Também apresenta indicadores de participação, taxa de desocupação, informalidade e diferenças salariais entre mulheres e homens, trazendo indicadores novos sobre o Relatório de Transparência Salarial do Ministério do Trabalho e Emprego. Além de enfatizar os desafios das mulheres negras e indígenas no mercado de trabalho, que têm maior dificuldade de encontrar trabalho e quando trabalhando recebem salários mais baixos do que as brancas e os homens brancos e negros.

IBGE, PNADC, 2º trimestre de 2024

Trabalho doméstico Remunerado

5,4 milhões
MULHERES
TRABALHADORAS
DOMÉSTICAS



23,9%
COM
CARTEIRA
ASSINADA



61,4%
NÃO TINHAM NEM O
ENSINO MÉDIO
COMPLETO



67,7%
SÃO
MULHERES
PRETAS OU
PARDAS



IBGE, PNADC, 2º trimestre de 2024



Exploração no trabalho doméstico

Apesar dos avanços legislativos, persistem casos de exploração no trabalho doméstico

Em 2023, foram resgatadas **17 mulheres e meninas** submetidas ao **trabalho doméstico análogo à escravidão** no Brasil, evidenciando a persistência de relações de poder profundamente desiguais nesse setor.



RESGATADAS

12 Mulheres pretas e pardas
4 Mulheres Brancas
1 Mulher indígena

CONCEITO

O trabalho doméstico análogo à escravidão é expressão de relações de poder que reproduzem a lógica de dominação, onde empregadores utilizam sua posição socioeconômica privilegiada para subjugar trabalhadoras vulnerabilizadas, perpetuando ciclos de exploração e desigualdade.



1 Menina entre 10 e 14 anos

5 Mulheres com mais de 60 anos

8 Mulheres entre 40 e 59 anos

2 Mulheres entre 20 e 39 anos

1 Adolescente entre 15 e 19 anos

O COMBATE À EXPLORAÇÃO NO TRABALHO DOMÉSTICO

exige esforços contínuos, incluindo maior fiscalização, conscientização social e enfrentamento das desigualdades estruturais que perpetuam essa prática.

Fonte: MTE/Base de Gestão do seguro-desemprego

Mulheres & rendimento

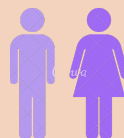


Mulheres ganhavam em média o equivalente a **79,3%** do rendimento dos homens em estabelecimentos formais

31,6 mil

- estabelecimentos responderam ao Relatório de Transparência Salarial no 1º semestre de 2024.

LEI DE IGUALDADE SALARIAL



Mulheres = R\$3.565

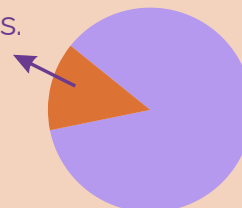
Homens = R\$ 4.495



REGIÃO NORDESTE

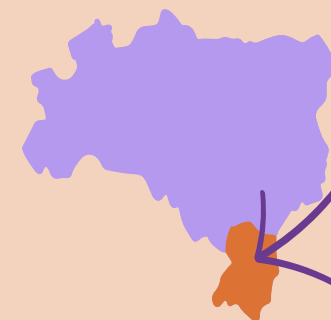
Região marcada por **baixo nível** salarial **tanto de homens como de mulheres**

Menor desigualdade, com as mulheres recebendo salários em média 14% menores.



REGIÃO SUL

A **maior** discrepância salarial ocorria no Sul, onde **as mulheres recebiam 25,9% a menos que os homens.**



Fonte: MTE, Relatório de Transparência Salarial do 1º semestre de 2024.

- Ainda é pequena a parcela das empresas formais com políticas de incentivo específicas para mulheres e suas interseccionalidades.
- A única política de incentivo que quase todas informaram ter foi compartilhamento de obrigações familiares, 94,4% do total.

35,3%
• tinham políticas de incentivo à contratação de mulheres



MULHERES NEGRAS



27,9%

dos estabelecimentos realizavam políticas incentivando a contratação de mulheres negras

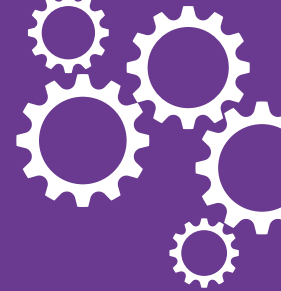
MULHERES COM DEFICIÊNCIA



24,3%

desenvolviam políticas de incentivo à contratação de mulheres com deficiência.

Fonte: MTE, Relatório de Transparência Salarial do 1º semestre de 2024.



MULHERES E CARGOS DE DIREÇÃO



→ **38,8%** dos estabelecimentos tinham políticas de promoção de mulheres a cargos de direção e gerência

→ **22,9%** pagavam auxílio-creche.



MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

21,9% das empresas mantinham diretrizes para incentivar a contratação de mulheres chefes de família e 5,5% possuíam orientações para contratar mulheres vítimas de violência

RASEAM 2025

No capítulo "Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho", o Relatório analisa a participação das mulheres no mercado de trabalho e as disparidades de gênero. Apresenta indicadores de participação, taxa de desocupação, informalidade, e diferenças salariais entre mulheres e homens, trazendo indicadores novos sobre o Relatório de Transparência Salarial do Ministério do Trabalho e Emprego. Além de enfatizar os desafios das mulheres negras e indígenas no mercado de trabalho, que têm maior dificuldade de encontrar trabalho e quando trabalhando recebem salários mais baixos do que as brancas e os homens brancos e negros.



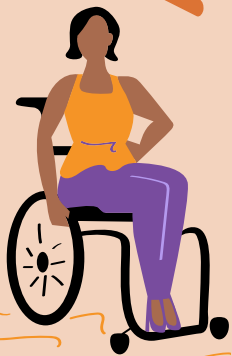
Mulheres com deficiência e trabalho

Barreiras para a inserção das mulheres com deficiência no mercado de trabalho



Mulheres com deficiência que conseguem uma ocupação no mercado de trabalho tendem a se inserir como **trabalhadoras por conta própria (31,0%)**, empregadas do **setor privado (28,3%)** e **trabalhadoras domésticas (18,8%)**.

RENDIMENTOS



Participação menor no emprego com carteira e maior no trabalho doméstico faz as mulheres com deficiência terem rendimentos do trabalho menores que o total das mulheres.

No 3º trimestre de 2022, elas recebiam em média **R\$ 1.598**, enquanto a média para o total das mulheres era de **R\$ 2.380**.



Fonte: MTE, Relatório de Transparência Salarial do 1º semestre de 2024.



Insegurança alimentar

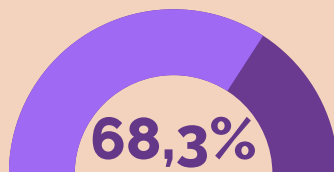
Mulheres são maioria das responsáveis por domicílios com insegurança alimentar



21,6

milhões de domicílios estavam em situação de insegurança alimentar no Brasil no 4º trimestre de 2023.

59,4% destes tinham **mulheres** como pessoa **responsável**



68,3%

- Considerando o total de domicílios com chefe mulher, 68,3% estavam em situação de segurança alimentar.
- Este percentual para domicílios com chefe homem era maior (76,8%).



Maior propensão à insegurança alimentar dos lares com responsável mulher.

Fonte: IBGE, PNAD C, 4º trimestre de 2023.

INSEGURANÇA ALIMENTAR SIGNIFICA:

Falta de acesso regular a alimentos seguros e nutritivo (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO))

A insegurança alimentar diminuiu de 36,7% dos domicílios (POF 2017/2018) para 21,6% (PNAD C 2023), uma queda 15,1 pontos percentuais.

GRADAÇÃO

- Domicílios **chefiados por mulheres** com insegurança alimentar:
- **20,8%** gradação leve
- **6,2%** moderada
- **4,6%** grave





Alfabetização de mulheres

Taxa de alfabetização de mulheres é menor entre as idosas e em área rural

94,6%



Taxa de alfabetização de **mulheres de 15 anos** ou mais de idade

Quanto **mais velhas, menos alfabetizadas**, em especial na área rural.

A taxa **mais baixa** foi encontrada em **mulheres de 70 anos** ou **mais** moradoras da área rural: 55,4%.



Fonte: IBGE, PNAD C, 2º trimestre de 2023.

Mulheres indígenas e quilombolas têm taxa de alfabetização menor

- **Mulheres indígenas** tinham taxa de alfabetização de **84,3%**.
- Entre as mulheres **quilombolas** a taxa era ainda menor (**82,9%**), ressaltando as desvantagens a que estão submetidos estes grupos no País.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2022.



Frequência à Creche

Frequência à creche fica abaixo da meta do Plano Nacional de Educação (2014-2024)

Uma das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) é o aumento da frequência bruta à creche para **50%** das crianças de 0 a 3 anos de idade até 2024, o que não aconteceu.

2023

A frequência escolar foi relativamente baixa na faixa etária de 0 a 3 anos : **37,5% para meninas e 39,9% para meninos.**

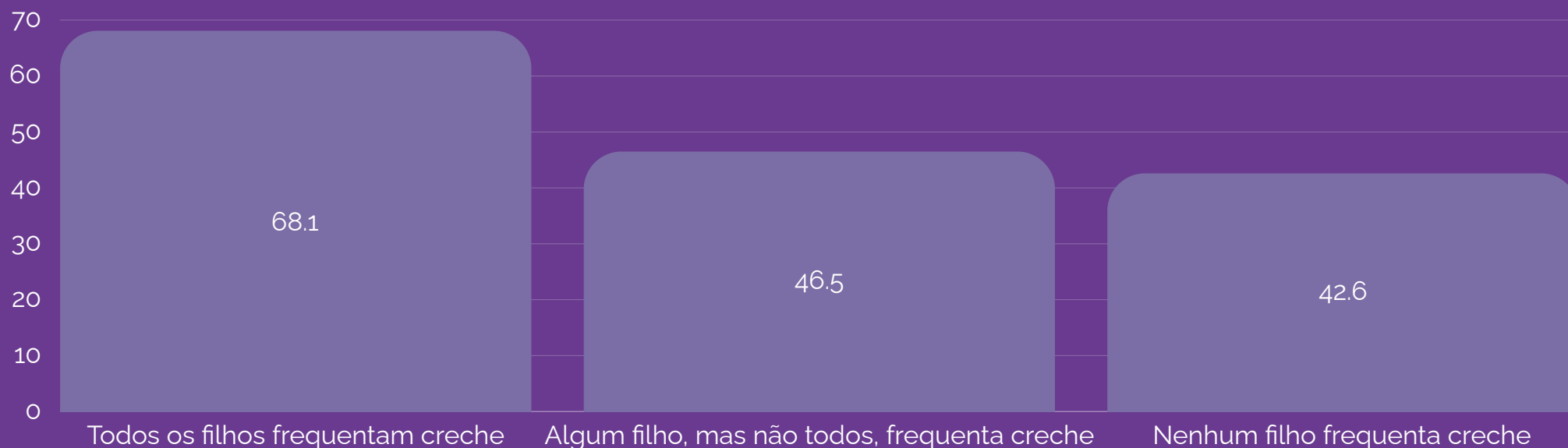
O motivo mais alegado para a não frequência à creche das crianças dessa faixa etária é a “opção dos pais ou responsáveis” : em **60,7%** dos casos

Outro motivo não haver “escola/creche na localidade, falta de vaga ou a escola não aceita a criança por conta da idade”: **33,5%.**

Fonte: IBGE, PNADC, 2º trimestre de 2023.

Nível de ocupação das mulheres e frequência dos filhos na creche

Nível da ocupação das mulheres de 14 anos ou mais de idade, chefes ou cônjuges no domicílio, com filhos de 0 a 3 anos que moravam no domicílio, por frequência dos filhos na creche (%)



As mulheres em que **todos os filhos(as) frequentavam creche** tinham nível da ocupação de **68,1%**. Já as mulheres em que **nenhum dos filhos(as) frequentava a creche** tinham nível da ocupação bem menor, **42,6%**. Quando **algum dos filhos(as), mas não todos, frequentava creche**, o nível da ocupação subia um pouco (**46,5%**).

Fonte: IBGE, PNADC, 2º trimestre de 2023.



Alfabetização de mulheres com deficiência

É menor a frequência escolar líquida das mulheres com deficiência

2022

A taxa de escolarização - porcentagem de estudantes em relação ao total da população - das mulheres de 15 a 17 anos com deficiência era de 85,4% e a de mulheres em geral era de 92,9%.

DESIGUALDADE

Se tomarmos o indicador que mede a porcentagem de pessoas que estão frequentando o Ensino Médio na idade recomendada (frequência escolar líquida), a desigualdade é ainda maior: enquanto a do total de mulheres é de 73,8%, a de mulheres com deficiência é de 59%.

É possível dizer que a existência de deficiência é uma condição que gera desigualdades importantes no campo educacional e que, depois, vão repercutir também no acesso ao mercado de trabalho.

Fonte: IBGE, PNADC, 2022.



Docência

Mulheres, sobretudo as de cor branca, prevalecem na docência na Educação Básica



INEP 2023



A presença de mulheres como professoras na Educação Superior era alta (**47,3%** em média para o Brasil), embora ainda um pouco mais baixa que a masculina (**52,7%**).

Na Educação Básica, ao contrário, as docentes eram muito mais prevalentes (**79,5%**).

RAÇA OU COR



A proporção de mulheres **pretas e pardas (32,0%)** era mais baixa que a de **brancas (42,9%)** na Educação Básica, porém a diferença não era tão grande quanto na Educação Superior (**17,9% de pretas ou pardas versus 56,6% de brancas**).

RASEAM 2025

O capítulo "Educação para a Igualdade e Cidadania", examina indicadores de acesso à educação, como taxas de alfabetização, taxa de frequência, taxa de evasão escolar e matrículas, entre outros, com recorte de idade, existência de deficiência e cor ou raça. Em relação ao ensino superior, apresenta dados sobre cursos com mais matrículas femininas e masculinas, sobre o perfil docente e sobre a distribuição de bolsas de pesquisa. Foca nas disparidades de gênero na educação e nos desafios enfrentados por mulheres indígenas e quilombolas. Discute a relevância de políticas públicas voltadas à igualdade de oportunidades educacionais.

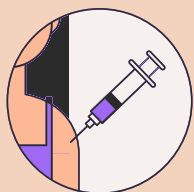


COVID-19

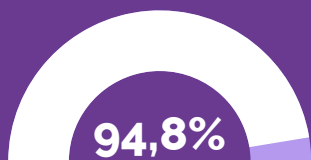
Mulheres se vacinaram mais que os homens contra a COVID-19



ADESÃO



Tradicionalmente, as mulheres no Brasil mostram maior adesão às ações de saúde preventiva, incluindo campanhas de vacinação. A proporção de mulheres vacinadas contra a COVID-19 foi maior em comparação aos homens em 2023.



2023

Até o primeiro trimestre de 2023, 94,8% das mulheres haviam se vacinado contra a doença, enquanto entre os homens o índice era de 93%.



Fonte: IBGE, PNADC, 2023.



COVID-19

Mulheres tiveram mais casos de COVID-19

ELAS TIVERAM MAIS COVID

Mulheres tiveram mais casos de COVID-19 que os homens.

Enquanto 29,1% das mulheres relataram ter tido a doença, o percentual foi de 25,7% entre os homens.



Fonte: IBGE, PNADC, 2023.

MULHERES INDÍGENAS

Entre as **mulheres indígenas e pretas**, o impacto da **COVID-19** parece ter sido ainda mais severo.

Em **2021**, foram **194,8 mortes** de mulheres pretas por **100 mil nascidos vivos**, a maior razão de mortalidade materna entre as populações por cor ou raça, entre **2020 e 2023**.



Fonte: MS, SIM e SINASC.



Mortalidade Materna

Brasil apresenta Razão de Mortalidade Materna abaixo da meta global



RAZÃO DE MORTALIDADE MATERNA

A Razão de Mortalidade Materna (RMM) é um dos indicadores mais utilizados para avaliar a qualidade da saúde feminina e do sistema de saúde em geral.

A redução da razão de mortalidade materna (RMM) é um dos principais compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

2014 e 2023



Entre 2013 e 2023, a maior parte das mortes maternas esteve associada a causas obstétricas diretas.

2021



No entanto, em 2021, observou-se uma inversão, com as mortes por causas indiretas superando as diretas.

A pandemia de COVID-19 desempenhou um papel relevante nesse cenário, contribuindo significativamente para os óbitos maternos registrados em 2020 e 2021.

Fonte: MS, SIM e SINASC.



Mortalidade Materna

Brasil apresenta Razão de Mortalidade Materna abaixo da meta global



2010

Desde 2010 o País apresenta índice abaixo da meta global estabelecida, de 70 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos.

**2020
2021**

A exceção foram os anos de **2020 e 2021** com **74,7 e 117,4** mortes maternas por 100 mil nascidos vivos, anos pandêmicos.



META

A meta específica do Brasil é reduzir a RMM para menos de **30 mortes por 100 mil nascidos vivos até 2030.**

No ano de **2023**, a Razão de Mortalidade Materna foi de **50,9.**

Fonte: MS, SIM e SINASC.



Gravidez infantil

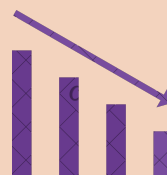


2013 - 2023

GRAVIDEZ DE MENINAS DE ATÉ 14 ANOS

Em mais de 232 mil registros de nascimentos ocorridos em 10 anos, as mães eram meninas de até 14 anos de idade.

De 2013 a 2023, ocorreu uma queda de 50% nesse tipo de gravidez



Houve uma queda constante de registros ao longo desses dez anos, contudo, a gravidez em meninas desta faixa etária no Brasil é uma questão preocupante.



CRIME !

Pela legislação brasileira, relação sexual com meninas de até 14 anos configura como caso de estupro de vulnerável.

2023

13.934

casos em que meninas de até 14 anos tiveram filhas (os).

RASEAM 2025

O quarto capítulo do RASEAM 2025, "Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos", analisa indicadores relacionados à saúde da mulher como, por exemplo, razão de mortalidade materna, taxas de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis, partos na infância e adolescência e acesso a serviços de saúde e direitos reprodutivos. Também apresenta dados sobre desigualdades regionais e étnico-raciais de mortalidade e de acesso a serviços de saúde.

Fonte: MS/ SINASC.



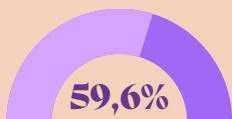
Partos cesáreos

Brasil tem alta porcentagem de partos cesáreos

ÚLTIMOS 10 ANOS

Percentual de partos cesáreos permaneceu **acima dos 55%** do total de partos.

2023



Segundo dados de 2023, cerca de **59,6%** dos nascimentos no país eram realizados por **cesariana**.

NÚMEROS NO BRASIL



O Brasil é um dos países com as maiores taxas de partos cesáreos no mundo.

OMS:

A proporção de partos cesáreos é maior entre as mulheres brancas (67,1%) e menor entre as mulheres indígenas (27,4%).

REGIÃO CENTRO-OESTE

A região com maior percentual de partos cesáreos é a Centro-Oeste, com **65,4%** e a com menor percentual é a Região Norte, com **52,6%**.



PROPORÇÃO

A proporção de partos cesáreos é **maior** entre as **mulheres brancas (67,1%)** e menor entre as **mulheres indígenas (27,4%)**.

Fonte: MS/ SINASC.



Dignidade menstrual

Programa de dignidade menstrual atendeu mais de 2 milhões de mulheres no Brasil



Lei de Dignidade Menstrual

O Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023, regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que criou o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. A lei estabelece a distribuição gratuita de absorventes higiênicos e outros itens de higiene íntima para estudantes de escolas públicas, mulheres em situação de vulnerabilidade social e aquelas privadas de liberdade.

MULHERES ATENDIDAS



Até agosto de 2024, o
programa de dignidade
menstrual atendeu
2.022.662 mulheres

DISTRIBUIÇÃO

77,1% Pretas e pardas
22% Brancas
0,5% Amarelas
0,3% Indígenas

Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.



Dignidade menstrual

Programa de dignidade menstrual atendeu mais de 2 milhões de mulheres no Brasil

POBREZA MENSTRUAL

É a dificuldade ou impossibilidade de acesso a produtos básicos de higiene, como absorventes, e a falta de informações adequadas sobre saúde menstrual.

No Brasil, milhões de mulheres enfrentam essa realidade, especialmente em regiões empobrecidas e periféricas.



CAPÍTULO 4

O capítulo "Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos", analisa indicadores relacionados à saúde da mulher

- Razão de mortalidade materna
- Taxas de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis
- Partos na infância e adolescência
- Acesso a serviços de saúde e direitos reprodutivos
- Dados sobre desigualdades regionais e étnico-raciais de mortalidade e de acesso a serviços de saúde





Registros de violência

A maioria dos registros de violência contra mulheres são contra pretas e pardas



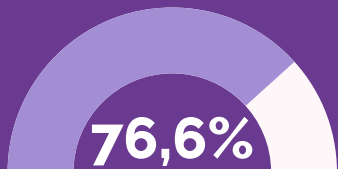
REGISTROS

Dos registros de violência contra mulheres adultas (20 a 59 anos), 60,4% foram contra mulheres pretas e pardas, enquanto 37,5% contra mulheres brancas.



Dados evidenciam a sobreposição de vulnerabilidades para mulheres negras, resultado de desigualdades raciais e socioeconômicas.

HOMENS SÃO OS PRINCIPAIS AGRESSORES



Em 76,6% dos registros de violências domésticas, sexual e/ou outras violências contra mulheres, o agressor é do sexo masculino.

A RESIDÊNCIA É UM LOCAL DE ALTO RISCO PARA AS MULHERES



71,6% das notificações de violência contra mulheres ocorreram dentro de casa.

Fonte: MS, SINAN, 2023.



Registros de violência



A maioria dos registros de violência contra mulheres são contra pretas e pardas

TIPO DE VIOLÊNCIA

A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA FOI O TIPO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS MAIS REGISTRADO PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO DO **LIGUE 180, NO 1º SEMESTRE DE 2024.**

- **32,6%** dos registros de violações contra mulheres, o tipo de violação foi a psicológica.
- **29,7%**, a violência física foi a segunda mais registrada.



O BRASIL REGISTROU MAIS DE MEIO MILHÃO DE ESTUPROS ENTRE 2015 E 2024

Esse dado é preocupante e expõe a gravidade e prevalência da violência sexual no país.

196 CASOS DE ESTUPRO POR DIA EM 2024

Foram registrados 71.892 casos de estupro, o que representa uma queda de 1,4% em comparação com 2023.

Fonte: MJSP/ Secretaria Nacional de Segurança Pública

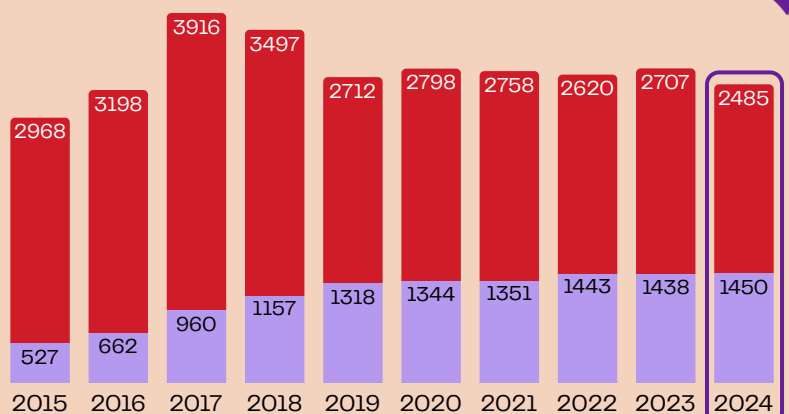


REGISTROS DE VIOLÊNCIA LETAL CONTRA AS MULHERES



REGISTROS DE VIOLÊNCIA LETAL CONTRA AS MULHERES DIMINUÍRAM EM 2024

Uma diminuição de **5,1%** nos casos de violência letal contra as mulheres.



● Feminicídio ● Homicídio e Lesão corporal seguida de morte

MJSP/ Secretaria Nacional de Segurança Pública

RASEAM 2025

O capítulo do RASEAM 2025 “Enfrentamento de todas as formas de violência contra mulheres” traz estatísticas sobre notificações e atendimento às mulheres em situação de violência, ocorrências policiais de homicídios, feminicídios e estupros, dados do Ligue 180 e sobre as mulheres privadas de liberdade.

Fonte: MJSP/ Secretaria Nacional de Segurança Pública



População carcerária feminina

Maior parte da população carcerária feminina cumpre pena por crimes associados a drogas

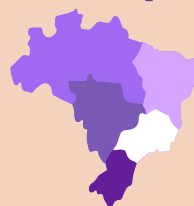
ENCARCERADAS



2024

Cerca de 49% das mulheres encarceradas cumpriam pena por crimes associados a drogas, seguidos por crimes contra o patrimônio (26,8%) e crimes contra a pessoa (14,3%).

2024



329 mulheres gestantes ou lactantes estavam em estabelecimentos prisionais, sendo a maior parte na Região Sudeste (163 casos).

MULHERES NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Em 2024, o Brasil contava com **50.646 mulheres** em cumprimento de algum tipo de pena, das quais, **28.770 estavam em celas físicas**.

As **mulheres negras** (pretas e pardas) são **maioria** na **população carcerária** feminina, em 2024 representaram 65,9%, enquanto as **mulheres brancas** corresponderam a 33%.

2024

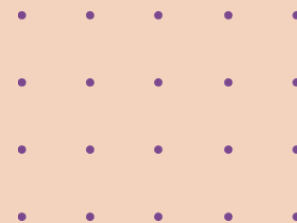
119 crianças viviam com suas mães nas prisões

2024



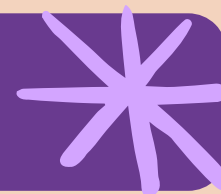
Apenas 50,4% dos estabelecimentos prisionais femininos possuíam celas ou dormitórios adequados para gestantes, e 41,6% oferecem infraestrutura como berçários ou creches.

Fonte: MJSP/ SISDEPEN, Junho de 2024.



Eleições 2024

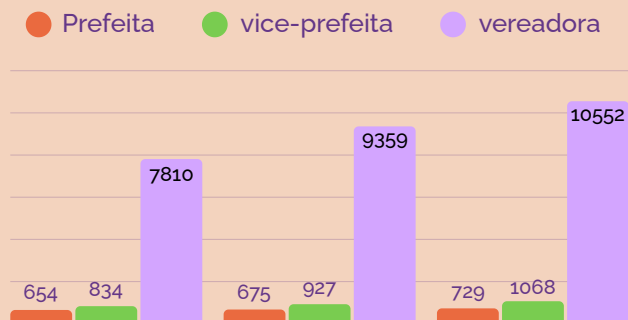
Mulheres tiveram maior sucesso nas eleições de 2024 do que em 2020



Prefeitas 2024

As mulheres representavam 15,3% do total de candidatos/as à Prefeitura, o que consiste apenas num discreto avanço em relação a 2020, quando elas eram 13,7% do total.

Quantidade de eleitas para os cargos de prefeita, vereadora e vice-prefeita - Brasil - 2016/2020/2024



REELEITAS

44% das candidatas a prefeitas que estavam buscando a reeleição tiveram sucesso

18% das **candidatas a prefeitas** em 2024 estavam buscando a reeleição e 44% tiveram **sucesso**.

Entre os **vereadores** em geral (**mulheres e homens**), 40,8% dos eleitos em 2024 estavam se reelegendo.

DESTAQUE

Quando um estado ou região consegue eleger mulheres, é mais provável que este estado ou região continue se destacando pela quantidade de mulheres em espaços de poder.



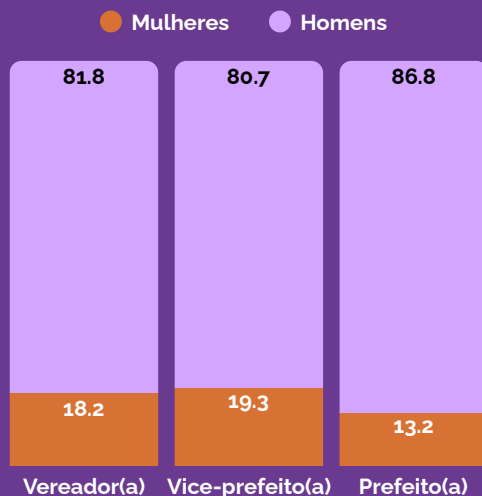
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.



Eleições 2024



Proporção de mulheres e homens eleitas(os) no total de candidatas(os), segundo o cargo - Brasil - 2024 (%)



Lei de cotas

Apesar da lei de cotas de candidaturas femininas ser cumprida, os números não se traduzem na mesma proporção de mulheres eleitas.

Candidatas

Nos três últimos pleitos para vereador, a lei de cotas no geral foi cumprida (em 2016, elas foram 32,5%, em 2020, 34,8% e, em 2024, 35,4%).

Eleitas

Estes percentuais de candidaturas não se traduzem na mesma proporção de eleitas.

Em **2016**, elas representaram 13,5% do total de candidatas eleitas, em **2020**, 16,1% e, em **2024**, 18,2% do total.

Mulheres brancas são a maioria entre as candidatas eleitas nas eleições de 2024

Em se tratando de desigualdades raciais no segmento de mulheres eleitas, os dados do Tribunal Superior Eleitoral mostram que, em 2024, 59% das eleitas em todos os cargos foram mulheres brancas. Em contraste, as pretas e pardas representaram 40% do total de eleitas.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.



Poder executivo

No poder executivo, a carreira militar é a que tem menos mulheres

CARREIRA MILITAR



No Poder Executivo, a carreira militar é uma das mais impermeáveis à entrada de mulheres. A associação deste campo à masculinidade é ilustrada pelo fato de que a **média de mulheres no quadro de servidoras(es) militares ativas(os) é de 10,1%, com uma grande variação entre as Forças: 6,2% no Exército, 11,2% na Marinha e 21,0% na Aeronáutica**

Fonte: Ministério da Defesa, 2023.

CARREIRA DIPLOMÁTICA É MAJORITARIAMENTE MASCULINA



Na Diplomacia, carreira marcada pela antiguidade e hierarquia, o percentual de mulheres ocupando o cargo máximo – Ministra(o) de primeira classe (embaixador(a)) – é de 20,0% e aumenta à medida que descemos para os últimos escalões hierárquicos, chegando a 34,9% no posto de Terceira(o) Secretária(o).

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2023.

RASEAM 2025

No capítulo "Mulheres em Espaços de Poder e Decisão" destacam-se a representatividade feminina em cargos políticos e a participação das mulheres em espaços de poder e decisão. O capítulo examina indicadores relativos às eleições de 2024, como, por exemplo, a proporção de mulheres eleitas para os cargos de prefeita, vice-prefeita e vereadora, destacando informações por cor ou raça e por Grandes Regiões. Também apresenta dados sobre a presença feminina em lideranças partidárias, nas centrais sindicais, na magistratura, na diplomacia, nas forças armadas e em cargos de direção, entre outros.





Secretarias de Políticas para as Mulheres

Houve aumento na quantidade de SPMs em 2024



SPMS

O Ministério das Mulheres adota a nomenclatura SPM (Secretaria de Política para as Mulheres) e não mais OPM (Organismos de Política para as Mulheres), como forma de estruturação e fortalecimento das políticas públicas para as mulheres.



2024



AUMENTO

Verificou-se um **aumento de 9,7 %** na quantidade de SPMs no ano de 2024, em relação ao ano de 2023.

2024 Na esfera municipal, as Secretarias de Políticas para as Mulheres estão presentes em 18,3% dos municípios, sendo que a maior parte está concentrada nas regiões Nordeste (33,4% das secretarias estão nesta região e representam 63,3% dos municípios) e Norte (27,1% das secretarias, representando 11% dos municípios).

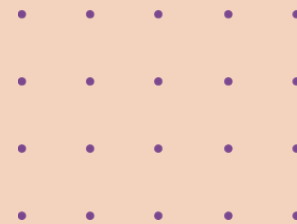
No nível federal, temos o Ministério das Mulheres, que fomenta a criação destas institucionalidades e provê diretrizes gerais para sua atuação.

Segundo a ESTADIC 2023 (Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, feita pelo IBGE), os Organismos Executivos de Políticas para Mulheres estão presentes em todas as Unidades da Federação

DESTAQUE

Outras informações significativas a respeito da institucionalidade da política para as mulheres são de que todas as Unidades da Federação tinham Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e apenas 7 – Tocantins, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – informaram não possuir Plano Estadual de Política para Mulheres.

Fonte: Ministério das Mulheres, Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política - SENATP



Jogos Olímpicos

Pela primeira vez mulheres são maioria entre as (os) atletas convocadas(os) para os Jogos Olímpicos



RIO E TÓQUIO



Tanto nas Olimpíadas do Rio de Janeiro (2016) quanto nas Olimpíadas de Tóquio (2020), o Brasil foi representado por **mais homens que mulheres**.

PARIS 2024



A edição de Paris foi a primeira que registrou mulheres como maioria entre as(os) atletas convocadas(os), devido ao aumento do número de atletas mulheres entre as edições de 2020 e 2024, bem como à continuação da redução do número de atletas homens desde 2016.



MULHERES SE DESTACAM NO QUADRO DE MEDALHAS DAS OLIMPIADAS DE PARIS

As modalidades com mulheres medalhistas foram: boxe, futebol, ginástica artística, judô, skate, surfe, vôlei e vôlei de praia. Das 20 medalhas conquistadas por brasileiros nos jogos olímpicos, 13 vieram de atletas mulheres.

Fonte: COB e COI.



BOLSA ATLETA 2023

8,3 mil bolsas concedidas

55,8% eram para atletas homens.



DESIGUALDADE

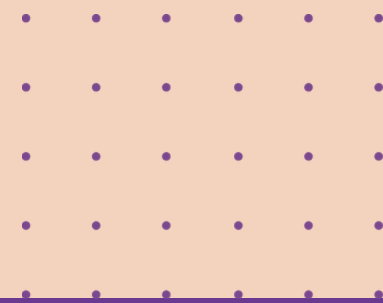
As **bolsas estudantis** eram as com concessão **mais desigual**, com apenas **41,4%** de beneficiárias **mulheres**.

A categoria Internacional era a mais igualitária, mesmo com maioria masculina: 49,5% mulheres e 50,5% homens.

Fonte: Ministério do Esporte, Bolsa Atleta.



Rede de Observatórios da Mulher



Iniciativa inicial

- Desde 2024, a **Coordenação Geral do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**:
 - Mapeia observatórios sobre mulheres.
 - Reúne subsídios sobre o tema.
 - Objetiva criar uma rede de observatórios e produtores de dados sobre mulheres.

Articulação com Outras Instituições

- Janeiro de 2025: encontro organizado pela **Fundação João Pinheiro (MG)**
- As instituições presentes decidiram que o **Observatório do Ministério das Mulheres** organizaria a próxima reunião para discutir a criação da rede.

Reunião da Rede

- Realizada em **06/05/2025**, com participação de **10 instituições**.
- Foram definidos:
 - Objetivos e princípios iniciais da rede.

A partir da reunião, foram definidos:

Objetivo geral:

Estabelecer uma rede de produtores de dados, conteúdos e evidências sobre desigualdades entre mulheres e homens, composta por Observatórios, produtores de dados governamentais e pesquisadoras, com objetivo de monitorar, diagnosticar cenários e subsidiar a formulação de políticas para as mulheres.

Objetivos específicos:

- Criar banco de pesquisadoras (es) com linhas de pesquisa específicas sobre as questões de igualdade entre mulheres e homens;
- Implantar um repositório com arquivos e documentos relativos ao tema, como pesquisas, teses, dissertações e relatórios técnicos;
- Criar banco de produtoras (es) de dados governamentais com tipos de dados produzidos;
- Criar banco de observatórios com suas linhas atuação;
- Promover intercâmbio de informações produzidas pelos observatórios;
- Construir metodologias e protocolos de coleta, compilação e divulgação de dados;
- Construir diretrizes para a análise comparativa de dados;
- Realizar divulgação técnica, científica e acessível para cada público específico;
- Realizar pesquisas em temas de interesse da Rede.

Composição da rede

- Institutos de pesquisas;
- Universidades;
- Organizações da Sociedade Civil;
- Observatórios, instituições ou órgãos produtores de dados sobre mulheres dos poderes executivo, legislativo e judiciário, nas esferas federal, estaduais e municipais;

Princípios

- I. intersectorialidade e transversalidade das políticas para as mulheres, a valorização da gestão pública a partir de dados e evidências;
- II. o estímulo à pesquisa e parceria entre diferentes entes da sociedade brasileira;
- III. combate à desinformação;
- IV. difusão da informação como estratégia de incentivo à participação social nas políticas públicas;
- V. fortalecimento da cidadania e da melhoria do desempenho da Administração Pública.
- VI. o apoio à autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida;
- VII. a busca da igualdade e equidade de gênero, em todos os âmbitos;
- VIII. o respeito à diversidade de gênero e enfrentamento de todas as formas de discriminação, racismo e violências de gênero, em suas múltiplas expressões;
- IX. a universalidade e acesso às políticas públicas executadas pelo Estado Brasileiro;
- X. a participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas;
- XI. a transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas;
- XII. a promoção do acesso à informação.

Competências

- I. estimular a implantação de novas práticas de gestão pública a partir de dados e evidências;
- II. fomentar e estimular pesquisas científicas;
- III. propor o diálogo intersetorial e transversal
- IV. apoiar as parcerias entre diferentes entes da sociedade brasileira e o governo brasileiro em relação ao propósito da rede;
- V. criar mecanismos técnicos, sites, aplicativos, publicações, produtos, eventos e encontros para incentivar a gestão da informação compartilhada;
- VI. estimular a disseminação da informação de diferentes fontes em meio digital e convencional a partir da elaboração de mídias, programas e publicações;
- VII. promover as estratégias digitais para a difusão e combate a desinformação a partir de diferentes níveis de linguagem para públicos diversos, inclusive em outros idiomas;
- VIII. desenvolver metodologias para a coleta de dados a nível nacional;
- IX. elaborar protocolos para a divulgação científica;
- X. estimular a produção de dados e evidências regionais;
- XI. estabelecer diálogo com instituições dedicadas à pesquisa e produção de dados.
- XII. articular meios de cooperação técnica nacional e internacional.



MINISTÉRIO DAS
MULHERES

